

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-069

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
503508985	DOURO SUPERIOR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
Morada (Sede Social)	
AV DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA	
Código Postal	Localidade
5160-000	TORRE DE MONCORVO
NUT III	NUT II
Douro	Norte
Telefone	E-mail
279200730	geral@dourosuperior.pt
Telefax	

URL**Tipologia de Beneficiário**

<http://www.dourosuperior.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação**Nome Responsável**

Catarina Luís Mosqueiro Dias

Telefone Responsável

279200730

Cargo Responsável

Coordenadora

Telemóvel Responsável

961539377

Serviço/Departamento

Coordenação

Email Responsável

catarina@dourosuperior.pt

Email Alternativo

geral@dourosuperior.pt

Experiência da Parceria**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

A Douro Superior, Associação de Desenvolvimento (DSAD), líder da “Parceria DLBC Rural Douro Superior” é uma associação privada sem fins lucrativos que tem como finalidade dinamizar, valorizar e contribuir para o bem-estar e desenvolvimento do Douro Superior. Foi constituída em 22 de Julho de 1994, com sede em Torre de Moncorvo, por um conjunto de 19 entidades, públicas e privadas, representativas do tecido social e institucional e dos produtores locais. Tem atualmente 45 associados, públicos e privados, representativos sectorialmente e com âmbitos de intervenção diversificados e complementares.

A Douro Superior, Associação de Desenvolvimento (DSAD) constitui-se como Grupo de Ação Local para a operacionalização da abordagem LEADER em 1994, possuindo uma experiência de 20 anos na implementação de estratégias de desenvolvimento de base local. Exerce desde 1994 funções de gestão de programas e medidas e desenvolve, entre outras, atividades de animação local, formação, cooperação e promoção económica e do emprego.

A experiência acumulada permite afirmar que no Douro Superior, a sociedade local, representada na DSAD e, de forma mais alargada, na Parceria DLBC Rural Douro Superior, está certa das conquistas obtidas bem como dos novos desafios a que urge responder. Desde o início da sua formação, a DSAD tem mobilizado meios para alcançar o seu objetivo principal “o desenvolvimento da região” e tem evidenciado capacidade de gestão de programas e instrumentos de política, nomeadamente:

- Nos PIC Leader II e Leader + desenvolveu a conceção do plano de ação, a sua realização e gestão;
- Nos centros e núcleos rurais (QCAII/ Programa de promoção do potencial de desenvolvimento regional) a participação da DSAD abrangeu a conceção do plano de intervenção, a sua realização e monitorização;
- No programa PITER colaborou na elaboração com a Spidouro e na elaboração da candidatura ao PRODOURO colaborou com a equipa técnica da Associação de Municípios do Douro Superior;
- Integrou-se na criação do grupo de trabalho transnacional para a promoção turística do Douro e participou no projeto da Carta Europeia do Turismo Sustentável no âmbito do PO Norte, no qual colaborou com outras entidades;
- No PIC EQUAL colaborou com outras instituições na candidatura “Parques com Vida”;
- No QREN (2007-2013) elaborou a Estratégia de Desenvolvimento Local e entidades gestora de medidas do eixo 3 do PRODER. Foi parceira em vários projetos de cooperação, ainda no âmbito deste quadro comunitário;
- Participou e participa em vários eventos tais como feiras e exposições e é membro das Redes Sociais do território;
- A DSAD é presidente da Associação Parques com Vida (APCV).

A DSAD demonstra capacidade financeira, técnica e material para ser entidade gestora de fundos e para assegurar a permanência, até ao final do período de elegibilidade das despesas, de uma estrutura de análise, decisão e acompanhamento das operações a financiar:

- Tem uma estrutura de gestão e uma estrutura técnica estabilizadas;
- Dispõe de recursos financeiros próprios e de um conjunto vasto de associados;
- Apresenta uma situação financeira estável;
- No período de programação anterior revelou uma performance de execução financeira elevada e estável.
- Dispõe de um conjunto de recursos tecnológicos e materiais, afetos à sua atividade.

Os resultados alcançados, no que respeita ao desenvolvimento e valorização do território e suas populações são evidentes e constatáveis, nomeadamente, a partir dos dados da execução PRODER relativos ao anterior período de programação (2007-2013)

- No âmbito da ação 1.1.2 do PRODER verificaram-se, no conjunto dos 4 concelhos do Douro Superior, um total de 245 pedidos de apoio para investimento de pequena dimensão correspondentes a 5 milhões de euros de investimento total. Estes valores correspondem a mais de 20% dos valores verificados na NUT III Douro. Se pensarmos que a população residente no território Douro Superior representa 14,2% da população residente na NUT III, podemos concluir pela forte dinâmica de mobilização de investimento aplicado no desenvolvimento agrícola deste território;
- No âmbito das ações 3.1. e 3.2. Foram aprovados 129 projetos num total de 108 postos de trabalho criados, num total de investimento aprovado de 11,4 milhões de euros.
- Neste contexto, o apoio à diversificação de atividades na exploração (ação 3.1.1.) permitiu criar 6 postos de trabalho, o apoio a micro empresas (3.1.2.) gerou 60,5 postos de trabalho e o desenvolvimento de atividade turísticas e de lazer (ação 3.1.3), 12 postos de trabalho. Paralelamente, a gestão realizada pela Douro Superior, promoveu e permitiu aprovar 36 projetos no âmbito da ação 3.2., gerando 9 postos de trabalho associados à valorização do património e 20 postos de trabalho em atividades e serviços de carácter social.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500008612	ADEGA COOPERATIVA DE MONCORVO CRL	31/03/1962	31/03/1962	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
502067292	AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITARIA DE TORRE DE MONCORVO-ADSTM	03/06/1988	07/06/1988	75000	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503708267	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE TRÁS-OS-MONTES	05/01/1996	25/06/1996	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503518689	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	22/07/1994	22/07/1994	84114	Associações de autarquias locais - Associação de freguesias e de municípios de fins específicos
501614087	A. C. I. M. - ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES E INDUSTRIAIS DO CONCELHO DE MONCORVO	27/06/1984	02/10/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510441050	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO DOURO SUPERIOR	07/04/2006	29/11/2012	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506306984	MONTES DO NORDESTE - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE AGRICULTURA BIOLÓGICA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	09/10/2002	17/10/2002	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501121536	MUNICIPIO DE TORRE DE MONCORVO	01/01/1600	01/01/1600	84113	Autarquias Locais
503137960	QUEITEQ - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE OVINOS DA TERRA QUENTE CRL	21/02/1994	21/08/1994	10510	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501116087	COOPERATIVA AGRICOLA DOS OLIVICULTORES DE MONCORVO CRL	12/08/1952	12/08/1952	10412	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501807535	PROJECTO ARQUEOLOGICO DA REGIÃO DE MONCORVO	21/11/1986	21/11/1986	72200	Associação empresarial (sem fins lucrativos)

502448261	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CRIADORES DE OVINOS DA CHURRA DA TERRA QUENTE-ANCOTEQ	09/08/1990	08/01/1992	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
505640244	CLUBE ACADÉMICO DE CARVIÇAIS	10/07/2001	19/12/2001	93192	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
510441360	ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DO DOURO SUPERIOR	07/04/2006	29/11/2012	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506709973	COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PRODUTORES DE AMÊNDOA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO CRL	30/03/2004	30/03/2004	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501341307	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MOGADOURO	29/07/1932	27/07/1982	84250	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506851168	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	25/02/1800	25/02/1800	84113	Autarquias Locais
500986134	COOPERATIVA AGRÍCOLA SABODOURO, CRL	30/11/1977	17/06/1985	46331	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501055550	ADEGA COOPERATIVA DE FREIXO DE ESPADA A CINTA CRL	07/04/1959	01/02/1962	11021	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
506884937	MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	01/01/1650	01/01/1900	84113	Autarquias Locais
504738410	CENTRO DE GESTÃO RURAL DO DOURO INTERNACIONAL - CGRDI	28/03/2000	13/11/2008	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500852456	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FREIXO DE ESPADA A CINTA	03/02/1962	19/02/1999	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)

504026070	CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE LAGOAÇA	25/03/1988	07/11/2006	87902	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507843479	APDARC - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA ARTE E CULTURA DO VALE DO CÔA E DOURO SUPERIOR	16/11/2006	16/11/2006	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
502243848	ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FÔZ CÔA	31/07/1989	31/07/1991	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501079211	ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DE FREIXO DE NUMÃO	19/05/1980	19/05/1980	94991	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501182870	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	30/03/1950	01/01/1986	84250	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506829197	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA	07/05/2010	07/05/2010	84113	Autarquias Locais
504105540	CENTRO DE GESTÃO DE EMPRESA AGRÍCOLA ENTRE DOURO E CÔA	06/11/1997	06/01/1998	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501907394	CLUBE DE CAÇA E PESCA DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ COA	09/04/1981	09/04/1981	93120	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500850640	SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VILA NOVA DE FOZ COA	20/12/1916	29/11/1917	87301	Misericórdia (inclui União das Misericórdias)

510058086	CÔA PARQUE - FUNDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO VALE DO CÔA	23/12/2010	15/12/2011	91020	Fundações Privadas
600072428	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. RAMIRO SALGADO, TORRE DE MONCORVO	01/09/2000	01/09/2000	85202	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
600077829	AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE FREIXO DE ESPADA À CINTA	22/05/2001	22/05/2001	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
507784529	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO SABOR DE FINS ESPECÍFICOS	17/06/2006	27/09/2006	94110	Associações de autarquias locais - Associação de freguesias e de municípios de fins específicos
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
600013758	INSTITUTO POLITECNICO DE BRAGANÇA	26/12/1979	29/12/1982	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
502280344	NERBA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO DISTRITO DE BRAGANÇA	08/05/1989	08/05/1989	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502280310	NERGA-NUCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA-ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	09/05/1989	01/01/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501345361	UNIVERSIDADE DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	14/09/1979	14/09/1979	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
600077810	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS TENENTE CORONEL ADÃO CARRAPATOSO, VILA NOVA DE FOZ CÔA	19/04/2002	19/04/2002	85202	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas

600081354	Agrupamento de Escolas de Mogadouro	01/09/2006	01/09/2006	85202	EStabelecime nto de ensino público - Agrupamento de escolas
505321203	ACAPA-ASSOC. CAÇA E PESCA E AMBIENTE	30/01/2001	30/01/2001	93192	Outras atividades desportivas, ne
503154059	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA TRAS OS MONTES	14/02/1994	14/12/1994	94110	Atividade organização economicas e patronais
500788847	FUNDAÇÃO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES	31/12/1909	31/12/1909	87301	Atividade de apoio social com alojamento
501619380	CLUBE CAÇA PESCA DE TORRE DE MONCORVO	03/02/1984	03/02/1984	93192	Outras atividades desportivas, ne
501545166	GRUPO DESPORTIVO DE TORRE DE MONCORVO	14/08/1967	14/08/1967	93120	Atividade grupo desportivo
502843977	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE FELGUEIRAS	11/08/1997	15/10/1992	87301	Atividade de apoio social com alojamento
509408567	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO TERRA DE JUNQUEIRO	18/05/2010	17/06/2010	94991	ASSOCIAÇÕE S CULTURAIS E RECREATIVA S
501462970	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE FREIXO ESPADA CINTA	05/12/1927	05/12/1927	84250	Atividade proteção civil
500008450	COOPERATIVA VITICULTORES FREIXO DE NUMÃO	19/06/1957	23/08/1957	11021	Produção de vinhos comuns e licorosos
502056487	GRUPO DESPORTIVO DE VILA NOVA FOZ CÔA	10/06/1958	01/01/1995	93192	Outras atividades desportivas, ne
504170651	ASSOCIAÇÃO DE CULTUTA E RECREIO DE MÓS	18/05/1998	18/05/1998	94991	Associação cultural e recreativa
501267891	ACDR DAS CHÃS	09/11/1981	22/12/1981	90010	Atividades das artes do espetaculo

503137979	OVITEQ - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CARNE DE OVINOS DA TERRA QUENTE CRL	21/02/1994	21/02/1994	46230	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
-----------	--	------------	------------	-------	--

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Douro

Grupo Ação Local

Rural

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Douro	Freixo de Espada à Cinta		12,62%
Norte	Douro	Torre de Moncorvo		27,48%
Norte	Douro	Vila Nova de Foz Côa		20,58%
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Mogadouro		39,32%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O Douro Superior (DS), localizado no norte do País, é composto pelas 52 freguesias rurais pertencentes a 4 concelhos: Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa. É um território marcadamente rural e distintivo do ponto de vista dos recursos naturais e paisagísticos, apresentando características edafo-climáticas próprias. Marcado pela extensa área de produção agrícola e hortofrutícola, o DS é rico em produtos de reconhecida qualidade e valor – azeite, amêndoa, vinho, queijos, fumeiro, entre outros – que abastecem os mercados, nacionais e internacionais, e constituem fonte importante de rendimento e atividade. Destaca-se também, na atividade pecuária, a produção de gado caprino e bovino e os produtos certificados com denominação de origem protegida, como é o caso da raça churra. A diversidade de espécies de caça é também um importante recurso.

O Douro Vinhateiro e o Vale do Côa são territórios classificados como Património Mundial e as gravuras do Côa estão classificadas como Património Cultural da Humanidade.

Uma importante área do DS é considerada área protegida, em termos de salvaguarda e proteção ambiental. O concelho de Freixo de Espada à Cinta possui mais de 90% do seu território afeto a áreas protegidas, facto para o qual contribui a sua inserção no Parque Natural do Douro Internacional, que se estende também ao concelho de Mogadouro. O rio é um importante elemento de união e de identidade da região. As albufeiras existentes são ricas em algumas espécies piscícolas, pelo que a pesca desportiva atrai a estes espaços, de beleza ímpar, muitos amantes da natureza.

O rio Douro oferece também condições para a prática de desportos náuticos. Existe neste território um Centro de Alto Rendimento de Remo do Pocinho Vila Nova de Foz Côa, considerado um local dos melhores do mundo para a prática do remo.

Na bacia do rio Douro, no troço do DS, há também produção de energia elétrica com base em aproveitamentos hidrolétrico. O depósito de ferro que existe na região de Moncorvo é um recurso geológico de grande importância, outrora economicamente viável e cuja reativação se prevê para breve. No DS estão localizados 3 Aldeias classificadas como Aldeias de Portugal. A rede de miradouros, as estradas cénicas e as

vias panorâmicas são parte integrante dos seus produtos turísticos.

População

A população residente no território (4 concelhos/ 52 freguesias) é de 29.206 habitantes (INE, 2011) – sendo o concelho menos populoso Freixo de Espada à Cinta - numa área de, aproximadamente, 1934 Km². Este território registou, no período intercensitário uma perda populacional, à semelhança do verificado no Douro, que constitui, quer no contexto regional, quer nacional, uma das que mais população perdeu no período 2001-2011.

O envelhecimento da população, dinâmica que atravessa o território nacional, é uma realidade muito expressiva no território em análise e em cada um dos seus concelhos (índice envelhecimento DS = 178,3). Em todos os concelhos do DS, em 2012 (INE) o peso da população residente com menos de 15 anos não excede os 12%.

Seguindo a tendência nacional, verificou-se uma melhoria bastante significativa dos indicadores de escolarização e qualificação da sua população residente, com evoluções importantes nas taxas de escolarização e também no indicador que subjaz a uma meta europeia – “% da população entre 30-34 anos com ensino superior”. Contudo, nos quatro concelhos, aquele indicador não supera os 24%, sendo que na região do Douro apresenta um valor de 28%, na região Norte de 30% e no país de 34%.

O abandono escolar diminuiu significativamente na última década. Contudo, é ainda muito significativo neste território, com os concelhos a registarem (INE, 2011) taxas de abandono superiores à verificada no Douro (1,4) e em Trás-os-Montes (1,7). O insucesso escolar também diminuiu significativamente em toda a região do Douro mas o DS apresentava, no ano letivo 2010/ 2011, taxas de insucesso superiores a 9%, mais expressivas que a região alargada (7%).

Atividade económica

Os concelhos do DS apresentam valores do Indicador per capita de poder de compra (2011) relativamente mais desfavoráveis que os valores médios regionais (ref 100 – país). O valor do indicador para Mogadouro é de 59,9, para Torre de Moncorvo é de 61, para Freixo 57 e para Foz Côa 63,6 (todos mais baixo que para o conjunto NUT Douro – 74,1).

A taxas de atividade no território (36,2%, INE 2011), bem como nos seus quatro concelhos são, comparativamente, e significativamente, mais baixas que as verificadas na RN (47,6%, INE 2011), indiciando o peso significativo da inatividade. Contudo as taxas de emprego (emprego/ pop ativa) são relativamente mais favoráveis (89,6% no DS) que as verificadas no contexto regional (83,9% na região Norte em 2012). A inatividade e o desencorajamento face ao mercado de trabalho são assim realidades bastante expressivas e que ditam a necessidade de uma orientação integrada de políticas de emprego e inclusão.

O peso da população empregada no setor agrícola é, no DS, muito significativo (19,85%). O número e área total de explorações agrícolas com culturas permanentes (INE, 2009) tem um peso de, respetivamente, 29,8% e 40,7% no total da NUT Douro. O amendoal, a vinha e o olival predominam representando 96% da superfície total de explorações agrícolas com culturas permanente (ha) deste território; 53,7% da área de amendoal da região Norte pertence ao DS; no caso do olival, o peso relativo é de 23,5% e, no caso da vinha, 11,8%.

Mogadouro é o concelho que mais contribui para a produção agrícola da região de Trás-os-Montes e no qual o nº de blocos de superfície agrícola utilizada, por exploração, (2009, INE) é o mais elevado de entre os concelhos do Douro Superior.

As atividades imobiliárias, o setor de construção e o turismo são também importantes na estrutura produtiva, em termos de VAB. No que respeita à indústria, predomina a importância das indústrias extrativas e alimentar, apesar da evolução instável ao longo da última década. O DS, tal como o território Douro tem setores produtivos com forte orientação para os mercados internacionais

A dinâmica de criação de empresas ocorreu num contexto de terciarização (aumento de emprego no setor terciário). A taxa média de crescimento da população empregada nos serviços, no último período intercensitário, foi particularmente relevante no concelho de Freixo de Espada à Cinta (1,4%) onde também se verificou o maior decréscimo percentual de população empregada no setor primário (-5,2%).

Em linha com o contexto nacional e regional, o tecido empresarial é caracterizado pelo peso das micro empresas (aprox 97%) com menos de 10 trabalhadores e pela reduzida dimensão média das empresas que é inferior à dimensão média da região do Douro (3,4)

Turismo

O turismo tem, no DS, um forte cariz sazonal. O território é sobretudo procurado no Verão, o turismo nacional predomina e a estadia média é baixa – características semelhantes às identificadas na região mais alargada. Em 2013, e conforme dados disponibilizados pelo Turismo do Porto e Norte, existiam no DS 18 estabelecimentos de alojamento turístico, sendo 10 em turismo de habitação e turismo em espaço rural, 6 alojamentos locais e 2 hotelaria. Os dados sobre o número de hóspedes por países indicam a predominância do turismo nacional e, no turismo internacional, o peso significativo dos turistas europeus. Quanto ao

mercado europeu, destaca-se a importância da Espanha e França bem como o peso dos turistas de outros países europeus onde estão incluídos países nórdicos e cuja importância, enquanto mercado emissor, tem crescido.

Desemprego

Em 2011, a taxa de desemprego no DS era globalmente mais baixa que a verificada para a RN (16,1%). Contudo, destaca-se, neste território, o desemprego feminino, o desemprego pouco escolarizado e o desencorajamento e afastamento do mercado de trabalho de jovens e adultos, como situações com particular relevância e sobre as quais urge intervir.

O desemprego registado (IEFP, 2014) nos quatro concelhos em 2014 era de 1.629 indivíduos verificando-se, em relação a 2012, um crescimento de 7%. É um desemprego predominantemente feminino (59%) e de procura de novo emprego (84,2%). A procura de 1º emprego é particularmente expressiva em Freixo de Espada à Cinta (19% do total de desempregados), sendo em cada um dos restantes concelhos, superior a 14%.

O grupo etário 35-54 anos representava mais de 40% dos desempregados inscritos no final de 2014. Tal como na região alargada o desemprego incide fundamentalmente nos indivíduos com ensino básico (66,8%), embora tenha aumentado o desemprego de residentes com ensino secundário e superior. Nos concelhos de Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta verificavam-se as mais baixas taxas de desemprego qualificado.

O fim de trabalho não permanente e a saída de uma situação de inatividade são, segundo informação recolhida junto do IEFP os principais motivos de inscrição no desemprego.

Aspectos sociais e de inclusão

Em 2014, existiam no Douro Superior 798 pessoas a receber subsídio de desemprego, sendo que 11,5% dos casos diziam respeito a subsídio social de desemprego (fonte: Segurança Social do Centro Distrital de Bragança). Se analisarmos a evolução (nº de desempregados no Douro Superior, INE 2011 – 1096 pessoas) e ainda que estejamos a falar de fontes diferentes, poderemos concluir que o número de desempregados que não recebe subsídio de desemprego é ainda muito significativo. Se a esta situação associarmos o facto de 489 pessoas estarem a receber rendimento social de inserção (2014), constatamos a importância que as problemáticas sociais associadas ao rendimento de grande parte da população, é grande.

O número de pensionistas é também bastante elevado – 10.700 pensionistas em 2013 no Douro Superior – sendo muito relevante a expressão das pensões por velhice (68,5%) e das pensões de sobrevivência (24,9%). Em termos de respostas sociais por parte da Segurança Social verifica-se a ausência de respostas nas áreas ocupacionais, de apoio à vida autónoma e apoiada e, de forma geral, respostas sociais mais inovadoras, nomeadamente no que respeita à terceira idade. Em 2015 existem 85 equipamentos sociais no Douro Superior, sendo 32 serviços de apoio domiciliário, 29 Centros de Dia, 19 ERPI e 5 creches. A capacidade instalada nos Centros de Dia é de 754, dos serviços de apoio domiciliário é de 985, nas creches de 208 e nos ERPI de 690.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Inserção do DS numa região de forte projeção internacional e atrativa para investimentos agro-industriais e turismo
- Existência de um instrumento plurifundos dirigido ao desenvolvimento rural e local
- Crescimento de visitantes e turistas, associado a uma forte valorização do turismo cultural e ambiental e procura de produtos locais
- Existência de mercado, nacional e internacional, para os produtos locais
- Oportunidade de criação de um mercado de emprego social

Principais Pontos Fortes

Principais Ameaças

- Inserção do DS num contexto, regional e nacional, em perda demográfica, envelhecido e com diminuição de recursos humanos qualificados
- Perda de competitividade da região e estrutura económica fragilizada
- Insuficiente cooperação, densidade institucional e liderança de projetos ao nível das NUT III
- Potenciais conflitos entre preservação ambiental e desenvolvimento económico da região do Douro

Principais Pontos Fracos

- Património ambiental, natural e cultural
- Relevância da área de explorações agrícolas
- Produtos locais com forte potencial económico e exportador (exs: raça churra, certificação da amêndoa coberta em curso, nichos de mercado – biológico)
- Potencial para a produção de energias renováveis
- Rede de serviços e equipamentos sociais em consolidação
- Existência de uma parceria local alargada (DSAD), cuja experiência e resultados são relevantes.

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

- Dificuldades de fixação de RH qualificados
- Inatividade e desemprego pouco escolarizado
- Fileiras produtivas pouco estruturadas, agricultura com modernização incipiente, tecido empresarial atomizado
- Qualificações insuficientes na “informação e animação turísticas” e défices na organização de produto
- Insuficientes respostas na saúde, 3ª idade e reinserção social
- Práticas de cooperação institucional pouco consolidadas

É num contexto de desafios económicos, sociais e ambientais, de cariz diversificado e complementar, que se enquadra a estratégia DLBC para o Douro Superior. Importa assim, consolidar apostas já iniciadas, inovar e promover sinergias entre parceiros.

Os desafios (detalhados no documento apresentado na 1ª fase) configuram questões ou problemáticas às quais urge responder no âmbito da DLBC Rural - económicas, empresariais, sociais, ambientais, culturais - com a finalidade de criar emprego, rendimento e valor no território.

Identificam-se os seguintes onze desafios:

- Preservar, valorizar e promover a qualidade ambiental do território, o seu património natural, cultural e religioso;
- Atrair, mobilizar e fixar capital humano, capacidade empresarial e atividades geradoras de valor económico e social;
- Organizar e valorizar as fileiras produtivas do Douro Superior, aumentando o valor acrescentado dos processos de transformação, comercialização, distribuição e marketing
- Diversificar a base económica local e valorizar comunidades rurais
- Modernizar e reforçar inovação produtiva e tecnológica nas explorações agrícolas
- Valorizar recursos e ofertas turísticas (produtos e serviços) no quadro de uma aposta na qualidade, na sustentabilidade, na preservação e promoção do património e na articulação com a base económica local
- Promover o empreendedorismo de base local e o empreendedorismo social
- Aumentar o emprego e o emprego sustentável
- Qualificar pessoas e organizações e aumentar a empregabilidade
- Reforçar o capital social do DS, promover o marketing territorial integrado, dinamizar a cooperação (público-privado; regional-local) e organizar e mobilizar competências
- Combater a exclusão social, a pobreza e o isolamento

Estes desafios, coerentes com os pilares ou eixos que corporizam a vocação específica da DLBC, encontram resposta no conjunto de objetivos estratégicos e específicos definidos. Para os concretizar importa considerar um conjunto de fatores críticos, do ponto de vista do sucesso da estratégia de desenvolvimento local (cumprimento de metas e impactos),

Estes fatores críticos de sucesso (FCS) assumem-se como condições necessárias, embora não suficientes, da obtenção de resultados.

Ao nível das dinâmicas institucionais

FCS 1: Funcionamento da parceria e do modelo de gestão – é condição necessária operacionalizar as condições técnicas e regulamentares que permitam ativar e desenvolver, de forma sistemática, a divulgação, a animação, a concertação e o acompanhamento de projetos

FCS 2: Capacitação do capital social local – a capacitação e animação de redes de conhecimento e redes de cooperação entre atores locais assume-se com condição chave de sucesso e qualidade dos projetos.

Ao nível da orientação dos apoios

FCS 3: Capacitação e apoio a investidores, nomeadamente na área agrícola e da comercialização/ distribuição de produtos locais – Apoio nas áreas da conceção, montagem e gestão de projetos

FCS 4: Desenvolvimento de projetos âncora para o território – no quadro da vocação específica da DLBC e de uma estratégia bottom-up, definir projetos estruturantes para o desenvolvimento do Douro Superior, suportados na cooperação entre entidades, parece-nos uma condição crítica.

FCS 5: Apoio à criação de emprego qualificado – neste âmbito, a criação de novas atividades e empregos qualificados, sobretudo para os jovens, relacionados com as áreas de intervenção da DLBC é um dos desafios importantes a enfrentar.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

Nos termos do Acordo de Parceria, do Portugal 2020, dos dois Programas (PDR e PO Norte) e dos três fundos estruturais que enquadram o instrumento DLBC, o GAL Douro Superior entende que a vocação específica deste instrumento assenta em 3 âncoras metodológicas - a parceria, a abordagem bottom-up e a lógica plurifundos – e traduz-se em 3 macro-eixos ou pilares:

- Eixo 1: Competitividade, criação de valor e promoção de recursos e produtos;
- Eixo 2: Modernização e diversificação da base económica, dos produtos e serviços;
- Eixo 3: Capital humano, capital social, emprego e coesão.

Esta vocação específica, partilhada com os atores locais, orientou a construção da estratégia. O processo permitiu identificar desafios, objetivos de desenvolvimento e construir uma Parceria DLBC que partilha uma visão:

Douro Superior 2020 – um território coeso e inovador, com qualidade ambiental, qualidade de vida e emprego, que utiliza os seus recursos diferenciadores de forma sustentável e apoia a competitividade das suas fileiras produtivas e das suas organizações e o desenvolvimento do seu capital social”.

Mobilizada por esta visão e informada pela vocação da DLBC, construíram-se os objetivos estratégicos para a EDL. Os objetivos estratégicos são cinco, tendo os dois últimos (OE4 e OE5) um carácter sobretudo instrumental.

OE 1: Apoiar a competitividade das fileiras produtivas e da economia do Douro Superior e desenvolver produtos, serviços e parcerias;

OE 2: Apoiar a inovação, a modernização e a diversificação das atividades e explorações;

OE 3: Preservar e valorizar o património natural e cultural, promover a qualidade ambiental e os recursos diferenciadores;

OE 4: Qualificar o capital humano e promover a empregabilidade, o empreendedorismo, a inovação social e a inclusão;

OE 5: Reforçar o capital social local, a visibilidade do território e a qualidade da governação

Estes objetivos encerram as condições necessárias ao financiamento no âmbito do instrumento DLBC:

- Coerência com as áreas de intervenção definidas para as DLBC Rurais;
- Relevância face às necessidades, problemáticas e desafios do Douro Superior;
- Complementaridade e coerência com os objetivos do PDR 2020, nomeadamente Medida 10, do PO Norte, das Estratégias para o Douro e Trás-os-Montes;
- Contributo para resultados esperados, nomeadamente em matéria de emprego, emprego sustentado, criação de empresas, atividade económica e desenvolvimento local;

Estando na presença de um instrumento plurifundos, assumiu-se que a operacionalização da DLBC será resultado da mobilização, integrada, dos três fundos estruturais, e que os seus objetivos estratégicos serão concretizados a partir da intervenção em áreas diferentes, embora complementares. Os projetos poderão ser financiados por qualquer um desses fundos; obviamente no quadro das áreas e elegibilidades definidas para cada fundo.

Contudo, e com a preocupação de apoiar a gestão, estratégica e operacional, da DLBC, associou-se cada um dos objetivos estratégicos a áreas de resultados esperados que, por seu turno, respondem a conjuntos coerentes de desafios e problemáticas identificadas no diagnóstico e se enquadram nos macro eixos.

O OE 1 - Apoiar a competitividade das fileiras produtivas e da economia do Douro Superior e desenvolver produtos, serviços e parcerias – responde a um conjunto de problemáticas ao nível da criação de valor na região. O desafio de organizar e valorizar as fileiras produtivas do Douro Superior, aumentando o valor acrescentado dos processos de transformação, comercialização, distribuição e marketing, encontra aqui resposta. Qualificar, alargar e promover o leque de produtos e serviços do Douro Superior, nomeadamente na área do turismo, ambiental e cultural, em articulação com a base económica local, tem neste objetivo um eco privilegiado e um contributo para a competitividade e posicionamento estratégico do Douro Superior na região mais alargada.

Este objetivo enquadra resultados ao nível do reforço da cadeia de valor das fileiras produtivas locais, da qualificação de empresas, da inovação e do emprego qualificado e contempla, nomeadamente, as seguintes áreas de intervenção:

- Transformação e comercialização de produtos;
- Cadeias curtas e mercados locais;
- Promoção de produtos locais;
- Atração e apoio a microempresas, empreendedorismo, negócios inovadores, emprego.

É proposta a afetação, a este OE, de cerca de 25,7% do total de DP associada ao fundo FEADER e de mais de metade do fundo FEDER, para além da mobilização de FSE, o que atesta bem da importância atribuída a este objetivo no quadro desta estratégia plurifundos.

O OE 2 - Apoiar a inovação, a modernização e a diversificação das atividades e explorações – responde aos desafios de modernização de pequenas explorações agrícolas e de diversificação da base económica local, num território onde o setor agrícola assume uma importância decisiva como fonte de rendimento e emprego. Investimentos em processos e equipamentos que permitam a introdução de inovação e qualidade nas

atividades e nos produtos são domínios de aposta que respondem a problemáticas identificadas. O desafio de diversificação da base económica local associa-se à inovação, à organização e à diversificação dos rendimentos, dos empregos e das competências locais.

Este objetivo enquadra as seguintes áreas de intervenção e resultados:

- Pequenos investimentos nas explorações agrícolas;
- Diversificação de atividades na exploração
- Apoio a empresas e promoção da qualidade do emprego.

Está proposta a afetação de cerca de 65,1% do total de despesa pública associada ao fundo FEADER, o que atesta bem da importância atribuída a este objetivo no quadro da estratégia e, especificamente, da aplicação deste fundo.

O OE 3 - Preservar e valorizar o património natural e cultural, promover a qualidade ambiental e os recursos diferenciadores – enquadra os desafios de preservação e valorização dos elementos e recursos patrimoniais, ambientais, paisagísticos e culturais do Douro Superior que constituem, simultaneamente, um importante ativo e um forte desafio ao desenvolvimento sustentável desta região. O património natural e edificado, o ambiente, as energias alternativas e o turismo sustentável constituem vetores chave de intervenção. A promoção externa do território, bem como da sua economia, encontram-se diretamente associados a estes vetores.

Este objetivo enquadra as seguintes áreas de intervenção e resultados:

- Renovação de aldeias;
- Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO;
- Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas;
- Estruturas de informação, suportes de comunicação, divulgação e marketing.

É proposta a afetação de cerca de 9,2% do valor do fundo FEADER, de fundo FEDER no apoio à criação de microempresas e FSE, no apoio ao emprego, revelando a importância da lógica plurifundos para a concretização deste objetivo.

O OE 4 - Qualificar o capital humano e promover a empregabilidade, o empreendedorismo, a inovação social e a inclusão – assume um carácter predominantemente instrumental, face aos objetivos anteriores, e um carácter particularmente relevante e oportuno tendo em conta o diagnóstico apresentado. Atrair, mobilizar e fixar capital humano, capacidade empresarial e atividades geradoras de valor económico e social é um desafio a que urge responder de forma integrada e sistemática. No quadro de uma cooperação estratégica, desenvolver estratégias e ações que permitam atrair conhecimento, atividades e serviços assume-se como um desafio reforçado pelos atores locais no quadro do diagnóstico efetuado. Promover a criação de microempresas e o empreendedorismo permitirá responder em duas frentes: a dinamização de capacidade empresarial e a promoção do emprego local. A criação de emprego sustentável constitui um desafio associado à intervenção nas condições de empregabilidade da população residente e ativa.

Assumir o desafio da coesão, social e territorial, é também condição chave de sucesso na prossecução de respostas focadas no desenvolvimento deste território. O isolamento, nomeadamente de idosos, a qualificação de serviços prestados às populações mais vulneráveis, a inovação na resposta a focos de pobreza e exclusão, são vetores fundamentais de uma estratégia que pretende contribuir para reforçar a coesão, competitividade e qualidade de vida no território.

Este objetivo enquadra as seguintes áreas de intervenção e resultados:

- Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendem voltar ao mercado de trabalho, quer na vertente do apoio à empresa ou atividade – fundo FEDER – quer na vertente de apoio à criação de postos de trabalho e emprego sustentável – fundo FSE.
- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas;
- Apoio à inclusão social.

A este objetivo estará afeta totalidade do fundo FSE – €1.221.875- e uma boa parte do fundo FEDER.

O OE 5 - Reforçar o capital social local, a visibilidade do território e a qualidade da governação – responde a um desafio crucial do ponto de vista da qualidade e sustentabilidade das apostas a concretizar e encontra tradução no seguinte: a) qualificar e consolidar a parceria DLBC e o associativismo local; b) consolidar a ETL:

c) apoiar a organização de redes de parceria em torno de projetos âncora para o território (económicos, formativos, culturais, comerciais, promocionais, etc); d) capacitar entidades locais para a participação na implementação da estratégia e ações, aumentando a escala dos projetos; e) valorizar o marketing territorial e a cooperação. Com um carácter instrumental e decisivo do ponto de vista do sucesso da DLBC, este objetivo é, correntemente, designado de eixo de assistência

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O modelo organizativo da Parceria (55 entidades de diferentes setores) traduz a importância atribuída à participação ativa dos atores territoriais. A operacionalização desta participação, iniciou-se na preparação da estratégia e passa pela valorização das funções de divulgação, animação, acompanhamento e avaliação da EDL, dos seus projetos e dos seus resultados esperados.

A Douro Superior, AD, que tem um conjunto vasto (45) e diversificado de associados, tomou a decisão de, no âmbito da preparação e execução da DLBC, alargar a parceria a dez novas entidades - entidades educativas (4), de ensino superior (2), núcleos empresariais (2), centro de emprego (1), associação municípios (1). Os principais objetivos desta decisão foram dois:

- Reforçar, acrescentando valor através da mobilização de novas competências, a participação na execução da EDL;
- Valorizar, mobilizando entidades de natureza complementar aos setores representados na Associação, as funções de divulgação, animação, acompanhamento e monitorização da estratégia e das intervenções por ela apoiadas e financiadas.

Neste contexto, o modelo organizativo da “Parceria DLBC Rural Douro Superior” assume-se como um vetor chave de valorização da participação ativa dos atores relevantes e pertinentes para a sua boa implementação e, fundamentalmente, um vetor chave de criação de compromissos em torno dos seus resultados esperados. Identificam-se as seguintes iniciativas dirigidas ao envolvimento dos atores locais:

- Partilha de informação nas diferentes fases de construção da EDL. A mobilização do interesse dos atores locais e a geração de compromissos em torno da EDL 2020 tem sido um pilar chave do trabalho da equipa técnica e da entidade gestora no último ano e uma aposta para o período de execução;
- Recolha de intenções de projetos e de propostas de intervenção junto dos atores locais, nomeadamente com o objetivo de identificar o enquadramento de projetos âncora;
- Construção de uma estratégia de divulgação e promoção da EDL 2020 (documento em elaboração), que integra ações de sensibilização e divulgação à medida;
- Desenvolvimento de ações sistemáticas e estruturadas, durante o período de execução da EDL – divulgação de resultados, divulgação de boas práticas, mobilização para o cumprimento de metas, partilha de experiências, etc;
- Estruturação, divulgação e operacionalização da função de atendimento de promotores de projetos, no quadro de funções da ETL;
- Conforme decisão da Parceria, serão criados Núcleos de Acompanhamento e Monitorização, organizados por domínios associados aos objetivos estratégicos e suportados num regulamento interno. Integrarão estes Núcleos, os associados da DSAD e os parceiros aderentes à EDL 2020. Reunirão periodicamente, com dinamização por parte da equipa técnica, e produzirão informação para a gestão. É objetivo que o funcionamento deste Núcleos acrescente valor aos resultados do funcionamento normal dos órgãos da DSAD, e que eles possam monitorizar e acompanhar projetos e iniciativas no quadro da DLBC;
- Reforço das competências e funções da equipa técnica no que respeita ao acompanhamento de intervenções no terreno, informação das comunidades e dinamização de projetos. Neste âmbito, prevê-se a divulgação de um atendimento permanente, com linha telefónica dedicada, um atendimento presencial semanal e um plano mensal de deslocações ao território com objetivos de divulgação, animação e/ou acompanhamento de iniciativas ou proj

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EDL Douro Superior apresenta-se alinhada e coerente com as orientações estratégicas nacionais traduzidas no Acordo de Parceria, com as orientações regionais, PO Norte, com as orientações para o desenvolvimento rural (PDR 2020) e com as EIDT do Douro e de Trás-os-Montes. Este alinhamento traduz-se também em relação aos PDCT apresentados pelas CIM.

No que respeita ao alinhamento com a estratégia nacional releva-se o enquadramento da estratégia DLBC

no objetivo temático 9, acolhido também no PO Norte – “Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação” – e, concretamente, a coerência com as prioridades 9d) e vi) associadas a esse objetivo temático.

O alinhamento da estratégia DS verifica-se também com o objetivo temático 3 (prioridade 3a, particularmente), objetivo temático 6 (prioridade 6c, particularmente) e objetivo temático 8 (prioridades 8a, 8b e 8i), todos acolhidos no PO regional. Reforçar a competitividade das PME e do setor agrícola, preservar e proteger o ambiente, promover a utilização eficiente de recursos e promover a sustentabilidade do emprego constituem, entre outros, áreas de aposta partilhadas.

Vejamos agora de forma mais detalhada os elementos de coerência com o PDR 2020, com a visão Norte 2020 e com as estratégias sub-regionais (nota: a análise do alinhamento da EDL para as estratégias PDR, da região Norte e sub-regiões, foi bem evidenciado no documento apresentado na primeira fase do concurso) No que respeita ao PDR 2020

“A visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, terá como princípio determinante a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agrícolas e florestais assente numa gestão eficiente dos recursos” (PDR 2020, pág 58).

Considerando os objetivos da PAC, são definidos objetivos ancorados numa visão:

“Crescimento sustentável do sector AGRO-FLORESTAL em TODO O TERRITÓRIO NACIONAL”

A Medida 10 do PDR consagra as prioridades do desenvolvimento rural alvo do apoio do FEADER às EDL:

“Reforçar a visibilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura ... e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras..”; “Promover a organização das cadeias alimentares,

nomeadamente no que diz respeito à transformação e comercialização dos produtos agrícolas....”;

“Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais”;

“Ambiente e inovação”.

A análise comparativa dos objetivos estratégicos definidos no âmbito da DLBC e daquelas prioridades, revela um forte grau de alinhamento:

- Todos e cada um dos 5 objetivos estratégicos da EDL revelam um contributo direto ou indireto para as prioridades do PDR;

- Cada um dos 5 objetivos da EDL apresenta uma correspondência e contributo direto elevados com mais do que uma prioridade de desenvolvimento rural.

No que respeita ao alinhamento com a estratégia regional e com as estratégias sub-regionais

O alinhamento encontra tradução nos elementos de coerência de visões.

Visão Norte 2020 (in Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020)

“A Região do Norte será, em 2015, capaz de gerar um nível de produção de bens e serviços transacionáveis que permita recuperar a trajetória de convergência a nível Europeu, assegurando, de forma sustentável, acréscimos de rendimento e de emprego da sua população e promovendo, por essa via, a coesão económica, social e territorial.”

Visão Douro 2020 (in Estratégia de Desenvolvimento Integrado da Região do Douro 2014- 2020/ relatório final)

“A Região do Douro, um território com forte matriz Identitária, Inteligente, Inclusivo e Integrado, que promove e reforça a sua cultura e tradições, uma viticultura terroir, a competitividade e a coesão económica e social e se afirma, cada vez mais, como região de referência pela valorização dos seus produtos endógenos e ofertas turísticas, à escala nacional e internacional, e por uma governação de concertação e cooperação interinstitucional”.

Visão TTM 2020 (in Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

“Ser reconhecida nacional e internacionalmente como uma eco região de excelência, com condições distintivas que oferece uma qualidade de vida diferenciada, para residentes e turistas, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principais alavancas”.

Visão Douro Superior 2020

“Douro Superior 2020 – um território coeso e inovador, com qualidade ambiental, qualidade de vida e emprego, que utiliza os seus recursos diferenciadores de forma sustentável, apoia a competitividade das suas fileiras produtivas e das suas organizações e o desenvolvimento do seu capital social”.

Os 5 objetivos estratégicos para o Douro Superior apresentam um grau de correspondência forte com os eixos temáticos e objetivos definidos para o Douro, no âmbito da EIDT: Eixo 1 - Competitividade, conhecimento e inovação; Eixo 2 – Eixo 3 - Sustentabilidade ambiental, Inclusão e coesão social; Eixo 4 - Redes territoriais e governação. Constatamos mesmo que a construção da EDL pela parceria Douro Superior

operacionaliza, numa base local, e adequada, ao perfil de recursos, problemáticas e desafios, os eixos de aposta sub-regionais. De facto, os eixos e objetivos contemplados no PDCT do Douro traduzem: a) a aposta regional na competitividade das fileiras produtivas, nomeadamente as suportadas em recursos endógenos diferenciadores; b) a forte aposta do emprego, no empreendedorismo e na capacitação; c) a aposta no turismo sustentável; a prioridade atribuída à preservação, divulgação e valorização do património no quadro de um marketing territorial integrado. Estas são apostas alinhadas com as assumidas pelo GAL na sua EDL.

Do mesmo modo, verifica-se um forte alinhamento da estratégia DS com os eixos de desenvolvimento estratégico definidos na EIDT de Trás-os-Montes (região na qual se enquadra Mogadouro) – Ambiente, Desenvolvimento Rural e Turismo – bem como com os objetivos e projetos apresentados no PDCT. Destacam-se, neste âmbito, e para além das apostas e projetos nas áreas do ambiente e turismo, as apostas na melhoria da rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos setores agrícola e pecuário, a aposta na diferenciação, inovação e competitividade da economia regional e a optimização dos recursos de exploração agrícola, pecuária e florestal.

Conclui-se pois pelo forte alinhamento entre a estratégia local e as estratégias regional e sub-regionais, sendo assumido, pelo GAL Douro Superior, que o valor acrescentado da DLBC se centrará no funcionamento da parceria, na proximidade às populações, problemas e desafios, na capacidade de apoiar pequenos investimentos e investimento âncora relevantes, de nível local, e na abordagem bottom-up potenciadora de inovação e competitividade.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

Os macro eixos enquadram os objetivos da EDL e traduzem a vocação específica da DLBC. Considerando a lógica plurifundos descrevem-se, seguidamente, os objetivos, principais resultados e metas. OE 1: Apoiar a competitividade das fileiras produtivas e da economia do Douro Superior e desenvolver produtos, serviços e parcerias. Objetivos específicos: - Apoiar iniciativas orientadas para melhorar o desempenho competitivo das unidades agro-industriais; - Promover a cooperação e aumentar valor na transformação, comercialização e distribuição; - Estruturar ofertas e promover produtos de qualidade locais; - Apoiar e valorizar cadeias curtas, de distribuição e comercialização, e qualificar mercados locais; - Apoiar o investimento para a expansão ou criação de pequenas e microempresas de base local. Medidas ou áreas de intervenção - Transformação e comercialização de produtos; - Cadeias curtas e mercados locais; - Promoção de produtos; - Apoio a microempresas, empreendedorismo, negócios inovadores, emprego; Resultados e metas: - Projetos no âmbito da transformação e comercialização, cadeias curtas e mercados locais e promoção de produtos locais = 12, mobilizando 630 mil euros de FEADER; - Micro empresas apoiadas e auto emprego criado; - Postos de trabalho criados; - Mobilização de investimento privado; - Aumento do valor acrescentado das fileiras produtivas. Fundos a mobilizar: FEADER, FEDER e FSE. OE 2: Apoiar a inovação, a modernização e a diversificação das atividades e explorações agrícolas. Objetivos específicos: - Apoiar pequenos investimentos nas explorações agrícolas; - Promover e apoiar processos tecnologicamente inovadores, e sustentáveis, nas atividades e nas explorações; - Apoiar o desenvolvimento de novas atividades, produtos e serviços agrícolas; - Apoiar investimentos na diversificação de atividades na exploração. Medidas ou áreas de intervenção: - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas; - Diversificação de atividades na exploração; - Apoio a empresas e promoção da qualidade do emprego. Resultados e metas: - Projetos no âmbito dos “Pequenos investimentos nas explorações agrícolas” (142) e “Diversificação de atividades na exploração” (5) = 147, mobilizando 1,593 milhões de euros de FEADER; - Novas atividades, produtos, serviços/ projetos apoiados (diversificação); - Inovação: novos processos, novas metodologias, novos processos; novas tecnologias; - Mobilização de investimento privado. Fundos a mobilizar: FEADER (nota: existe majoração na criação de postos de trabalho). OE 3: Preservar e valorizar o património natural e cultural, promover a qualidade ambiental e os recursos diferenciadores. Objetivos específicos: - Preservar, conservar e valorizar património natural e cultural; - Apoiar a renovação de aldeias rurais; - Promover a inovação em espaço rural orientada para a sustentabilidade do território; - Apoiar a criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de património natural e cultural; - Apoiar estratégias de marketing territorial, de produtos e serviços; - Desenvolver ações de sensibilização e ações educativas e culturais. Medidas ou áreas

de intervenção: - Renovação de aldeias; - Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico; - Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais; - Estruturas de informação, suportes de comunicação, divulgação e marketing. Resultados e metas: - Projetos no âmbito da renovação de aldeias = 5, com uma mobilização de €225.647,12 de FEADER; - Projetos no âmbito da proteção, valorização e promoção do património natural e cultural = 8, com uma mobilização de €73.125 de FEDER; - Empresas apoiadas e emprego criado; - Ações promocionais; - Aumento do nº de visitantes e turistas. Fundos a mobilizar: FEADER, FEDER e FSE OE 4: Qualificar o capital humano e promover a empregabilidade, o empreendedorismo, a inovação social e a inclusão

Objetivos específicos: - Apoiar o investimento em microempresas de base local; - Apoiar e estimular o empreendedorismo de base local, os negócios e os serviços inovadores; - Apoiar a criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos; - Criar postos de trabalho; - Formar e capacitar ativos e entidades locais, nomeadamente em áreas centrais do ponto de vista da EDL; - Apoiar e promover ofertas educativas e formativas no âmbito do empreendedorismo e da inovação social, relevantes do ponto de vista da estratégia DLBC; - Promover projetos de inclusão social. Medidas ou áreas de intervenção: - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendem voltar ao mercado de trabalho; - Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios; - Apoio à inclusão social. Resultados e metas: - Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos = 5, com uma mobilização de €100.000 de fundo FEDER (8 a); - Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios = 28, mobilizando 560.000 euros de fundo FEDER (8 a); - Postos de trabalho criados, associados às medidas anteriores = 55, num total de 1,221 milhões de euros de fundo FSE; nota: a crescer a esta meta, prevê-se a criação de mais 11 postos de trabalho pela via dos projetos FEADER. - Mobilização de investimento privado; - Projetos de inovação social. Fundos a mobilizar: FEDER e FSE OE 5: Reforçar o capital social local, a visibilidade do território e a qualidade da governação

Objetivos específicos: - Qualificar e consolidar a parceria DLBC, o associativismo local e a ETL; - Apoiar a organização de parceiros em torno de projetos âncora para o território (económicos, formativos, culturais, comerciais, promocionais); - Capacitar atores locais para a participação na implementação da estratégia, aumentando a escala dos projetos; - Apoiar o marketing territorial e a cooperação. Medidas ou áreas de intervenção - Funcionamento da ETL e Parceria; - Formação e Capacitação; - Animação e cooperação; - Estudos e consultoria. Resultados e metas - Rede de cooperação e parcerias criadas; - Entidades capacitadas; - Ações promocionais e de marketing realizadas.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A estratégia do GAL Douro Superior, que será levada a cabo pela Parceria estabelecida, respeita todos os requisitos e princípios que consubstanciam a vocação específica de uma DLBC e que são traduzidos pelos seus macro eixos ou pilares, que enquadram os objetivos, resultados esperados e metas, apresentados nos respectivos pontos deste documento. Os macro eixos são os seguintes: - Eixo 1: Competitividade, criação de valor e promoção de recursos e produtos; - Eixo 2: Modernização e diversificação da base económica, dos produtos e serviços; - Eixo 3: Capital humano, capital social, emprego e coesão. Neste contexto, a estratégia definida apresenta as seguintes características, evidenciadas quer no documento apresentado na 1ª fase deste concurso quer no presente documento que detalha e ajusta aspetos centrais da estratégia: a) A estratégia foi construída pelos parceiros, através de um processo de participação que se iniciou no diagnóstico e culminou com a aprovação dos eixos centrais do documento agora apresentado; b) A estratégia responde a problemática e desafios identificados ao longo do diagnóstico e aferidos a partir da mobilização de informação estatística, de informação documental e de testemunhos vários recolhidos junto de atores e entidades locais e regionais; c) A estratégia é integrada, porque orientada para a resolução de problemáticas económicas e sociais e porque enquadrada nos objetivos de desenvolvimento e estratégias de intervenção definidas para as regiões mais alargadas do Douro, Trás-os-Montes e Norte; d) A estratégia evidencia a coerência e complementaridade com as orientações estratégicas nacionais, regionais e locais e com os instrumentos de política disponíveis para o território, apostando no valor acrescentado de intervenções de base local construídas no quadro de uma lógica bottom-up; e) A estratégia respeita e enquadra as áreas de intervenção dos fundos estruturais – FEADER, FEDER e FSE – e valoriza a lógica de intervenção plurifundos, propondo objetivos estratégicos que exigem a mobilização integrada de financiamentos; os resultados esperados por fundo financiador são definidos, tal como as metas, embora se sinalizem as sinergias que deverão ser promovidas, nomeadamente ao nível da criação de emprego, do reforço da coesão e do apoio ao empreendedorismo e microempresas de base local; f) A estratégia é viável e sustentável porque suportada na mobilização de recursos endógenos e capital humano e social local, aposta na diferenciação e no valor acrescentado de projetos e associa um conjunto de resultados esperados e metas com pressupostos coerentes de cálculo; g) A parceria criada para a EDL 2020 é representativa, relevante e coerente com os objetivos e resultados esperados da estratégia. Associa parceiros de natureza pública, privada e cooperativas, entidades de setores diversificados (agrícola, industrial, serviços às empresas, educação, formação, empresarial, serviços públicos, social, etc), e entidade com âmbitos geográficos de intervenção complementares (local, municipal e supramunicipal); É constituída por 55 entidades, todas com atividade no território, representativas do tecido económico, social e institucional local; h) Foi assinado, por todos os parceiros, um Protocolo - Acordo de Parceria Territorial, Douro Superior (2014-2020) – que estabelece o objeto e âmbito da Parceria e atesta a adesão de cada um dos parceiros (cf Anexo); i) O modelo de gestão traduz a clara separação entre funções de gestão e funções de acompanhamento de avaliação, sendo claras as atribuições de cada órgão. A composição do órgão de gestão respeita os critérios definidos no âmbito do Aviso, traduz a composição da parceria e integra entidades representativas dos principais setores e áreas de aposta propostos na estratégia; j) A Parceria tem como entidade gestora a Douro Superior, Associação de Desenvolvimento pessoa coletiva de carácter associativo, de natureza privada, constituída ao abrigo dos artigos 167º e seguintes do Código Civil, com vasta experiência na gestão de programas e na intervenção local em território rurais. A entidade gestora evidenciou, e evidencia, capacidade financeira, técnica e material enquanto organismo de gestão; k) A equipa técnica local é qualificada e experiente, assegurando uma boa relação com os atores locais e um vasto conhecimento do território. Apostada no desenvolvimento de instrumentos de trabalho – gestão, acompanhamento e avaliação – de suporte à EDL, a equipa assegura as condições necessárias a um apoio qualificados aos órgãos de gestão e à parceria.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa ou empresa por desempregados ou inativos que pretendem voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	1,00	5,00	Postos de trabalho criados	1,00	7,00	100 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	57,00	142,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,60	1,52	1 278 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	1,00	4,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	0,01	0,05	180 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	2,00	5,00	315 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Despesa Pública	50,00	200,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	1,00	4,00	180 000,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	1,00	4,00	Explorações ou Beneficiários com investimento apoiado em regimes de qualidade	0,01	0,05	270 000,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação das Aldeias	Projetos apoiados	2,00	5,00	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	1,00	225 647,12€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	28,00	Postos de trabalho criados	8,00	39,00	560 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	92,00	366,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,04	0,15	36 625,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	91,00	365,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,04	0,15	36 500,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendem voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	33,00	55,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 221 875,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	d				Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado	0,80	1,40	0,00€
99.M10 - LEADER	FEADER	pequenos investimentos na transformação e comercialização				Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	0,00	1,00	180 000,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FEDER	733 125,00€
FEADER	2 448 647,12€
FSE	1 221 875,00€
Total	4 403 647,12€

Pressupostos

OE1 1. Investimentos na transformação e comercialização No âmbito do PRODER foram apoiados 4 projetos com valor unitário até €25.000. Chegaram ao GAL 7 intenções de candidatura. Considerando um valor médio de DP/ projeto de €50.000, a meta proposta é de 4 projetos, num total de €200.000. 2. Cadeias curtas e mercados locais Neste domínio não existe histórico. Tendo em conta o território, o GAL assume o apoio a 4 projetos (1 por concelho/ €50.000). 3. Promoção de produtos locais Considerando os produtos/ recursos de excelência presentes no território propõe-se: 4 projetos, sendo um deles de uma parceria de agrupamento de 3 produtos. O valor total de DP é de €300.000; o valor médio por projeto individual e do agrupamento é de, respetivamente, €50.000 e €150.000. OE2 4. Investimentos nas explorações agrícolas No PRODER foram apoiados 245 projetos. Existem, neste momento, 200 intenções de candidatura. Assume-se a meta de 142 projetos para 2023, com um valor médio por projeto de €10.000 de DP, num total de €1.420.000 (52,21% do total da despesa pública FEADER). 5. Diversificação de atividades na exploração No âmbito PRODER, foram apoiados 6 projetos. Existem 8 intenções de candidatura. Considerou-se uma meta de 5 projetos, com um valor/ projeto de €70.000 de despesa pública, num total de €350.000 (12,87% do total da despesa pública FEADER). Resultado: 5 PT (1 projeto/ 1 PT) OE 3 No âmbito PRODER foram apoiados na ação "Conservação e valorização do património rural", 17 projetos. 6. Renovação das aldeias - FEADER - Meta de 5 projetos; despesa pública total de €250.000; média por projeto de €50.000. Estima-se a criação de 1 PT, associado à organização de informação e documentação. 7. Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural - FEDER - Meta de 4 projetos; despesa pública total de €36.625 e uma média por projeto de €9.156,25. 8. Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais - FEDER - 4 projetos a apoiar; despesa pública total de €36.500 e uma média por projeto de €9.125. OE 4 No anterior quadro, no âmbito PRODER, foram apoiados 56 projetos e 60,5 postos de trabalho. A estes nºs acrescentou-se a necessária ambição decorrente dos desafios e apostas assumidas. 9. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho – FEDER (8 a) - 5 projetos a apoiar; DP total (fundo FEDER) = €100.000 e uma média por projeto de €20.000. Resultado=7 PT. 10. Pequenos investimentos para expansão de empresas ou criação de novas empresas – FEDER (8 a) - 28 projetos a apoiar, DP total (fundo FEDER)=€560.000 e uma média por projeto de €20.000. Resultado=39 PT. 11. Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho - FSE A meta é ambiciosa: 55 PT; total FSE de €1.221.875; apoio médio/ fundo/ PT de €22.100. O número de PT resulta do emprego gerado nas medidas FEDER anteriores. A estes PT podem crescer os gerados nas medidas FEADER.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Os projetos de cooperação tem como mais valia o estabelecimento de parcerias entre GALs nacionais e estrangeiros de forma a potenciar dinâmicas no território. As principais áreas temáticas de cooperação da DSAD são: agricultura, turismo, mercados locais, produtos locais e endógenos, revitalização das aldeias, património histórico, cultural, natural e religioso, coesão social e inclusão.

Na área temática agricultura pretende-se criar projetos cujo objetivo é aumentar os conhecimentos agrícolas, fomentar a troca de experiências, diversificar as produções, melhorar práticas de cultivo, estimular o aumento de produção e as suas vendas dos produtos, criar circuitos de negócios, fomentar parcerias estratégicas, incentivar os agricultores ao modo de produção biológico, melhorar o desempenho económico e a modernização das explorações agrícolas, aumentar a participação e orientação no mercado e diversificação agrícola.

Na área temática turismo pretende-se a criação de projetos de cooperação cujo objetivo é a diversificação de atividades turísticas, a promoção turística da região, a organização da oferta turística, promover o turismo religioso, natureza, cultural.

Na área temática “Produtos locais e endógenos” pretende-se a promover a valorização dos recursos/ produtos locais, captar investimento para a região, a internacionalização dos produtos, circuitos curtos, criar sinergias e economias de escala em áreas como a produção, o marketing e a comercialização, bem como permitir a partilha de conhecimentos e boas práticas para assegurar níveis de produção respondendo aos requisitos dos mercados.

Revitalizar as aldeias, fomentar e reforçar a capacidade empresarial das populações, estimular processos de sustentabilidade através de atividades económicas, fomentar a preservação/valorização dos patrimónios natural, cultural e edificado dos territórios, promover o turismo rural, criar dinâmicas junto das populações, dinamizar o empreendedorismo.

Na área temática do Património histórico, cultural, natural e religioso pretende-se cooperar em de forma dinamizar atividades de natureza cultural, histórica e religiosa, de proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, promoção do artesanato.

Na abordagem à coesão social e inclusão pretende-se incentivar o empreendedorismo social e feminino, capacitar os grupos vulneráveis, desenvolver atividades no âmbito da inclusão social, combater a pobreza, a discriminação e as desigualdades sociais.

Já foram identificados alguns projetos de cooperação entre GALs nacionais (nomeadamente GALs do Norte) e internacionais (Itália, Espanha, França), nas seguintes áreas: a) Vinho e Douro; b) Captação de investimento na Amêndoa; c) Troca de experiências agrícolas entre territórios; d) Bio territórios; e) Rotas e dinâmicas do judaísmo; f) Rotas e dinâmicas dos templários; g) Artes e ofícios, nomeadamente a música e outras atividades no seio escolar.

Indicadores

Aumento do número de visitantes

N.º de ações de divulgação

Aumento do volume de vendas dos produtos endógenos

Aumento da oferta turística

N.º de intervenções realizadas no património

Aumento do consumo/comercialização dos produtos locais

Aumento do n.º de investidores

Maior difusão dos usos e costumes

N.º de mercados dinamizados

N.º de campanhas de comunicação desenvolvidas

Aumento de capacitação de experiências exteriores ao território

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

A entidade que se candidata à DLBC é a Douro Superior, Associação de Desenvolvimento (DSAD), constituída como GAL em 1994. A Parceria DLBC Rural Douro Superior”, cumpre os seguintes requisitos: a) A entidade gestora (EG) é a DSAD, pessoa coletiva de carácter associativo, de natureza privada, com vasta experiência na gestão de programas e na intervenção local, possuiu capacidade financeira, técnica e

material;

b) A Parceria é constituída por 55 entidades (45 associados da DSAD e 10 entidades aderentes à EDL 2020), todas com atividade no território, representativas do tecido económico, social e institucional e com âmbito de intervenção (temático e geográfico) relevante e diversificado;

c) Foi assinado, por todos os parceiros, um Protocolo - Acordo de Parceria Territorial, Douro Superior (2014-2020) – que estabelece o objeto e âmbito da Parceria e atesta a adesão de cada parceiro. A parceria é: c.1.) Representativa dos agentes socioeconómicos, públicos e privados, associando entidades de setores e natureza jurídica diferentes; c.2.) Relevante do ponto de vista das problemáticas a que a DLBC pretende dar resposta;

d) No respeito pela adequação do modelo de governação à contratualização e regras que virão a ser definidas pelos sistemas de gestão e controlo da AG, a gestão e tomada de decisão competirão ao órgão de gestão da DSAD: 7 entidades - 2 públicas e 5 privadas;

e) A Parceria organiza-se num modelo que enquadra as diferentes funções, assegurando a segregação de funções, técnicas e de decisão, e mecanismos de prevenção de conflito de interesse e de redução do risco de fraude, no âmbito de futuras delegações de competências para a gestão de fundos públicos. É apoiada por uma equipa técnica qualificada, pluridisciplinar e experiente.

DSAD

DIREÇÃO: 5 entidades privadas

À Direção compete, em termos gerais, exercer todos os poderes necessários à execução das atividades que se enquadram nas finalidades da Associação e gerir os seus recursos.

ÓRGÃO DE GESTÃO

Ao órgão de gestão compete, em termos gerais, gerir e executar a Estratégia de Desenvolvimento Local, apreciar e aprovar projetos e pedidos de pagamento.

Composição: 7 entidades (2 públicas e 5 privadas): a) Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Churra da Terra Quente, Dinis Alves Cordeiro, Presidente; b) Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Foz Côa, António dos Santos Aguiar Gouveia; c) Cooperativa Agrícola de Produtores de Amêndoa de Trás-os-Montes e Alto Douro, Bruno do Nascimento Paiva Cordeiro; d) Associação de Agricultores de Trás-os-Montes, Francisco António Roque Braz; e) Clube de Caça e Pesca do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, Octávio José Peredo Rocha; f) Entidade: Município de Vila Nova de Foz Côa; Gustavo de Sousa Duarte; g) Município de Mogadouro, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães.

CONSELHO FISCAL

Ao Conselho Fiscal compete, em termos gerais, exercer os poderes e deveres que a Lei confere aos conselhos fiscais das sociedades anónimas. Composto por 3 associados privados.

ASSEMBLEIA GERAL

Composta pelo conjunto dos 45 associados da Associação. À Assembleia Geral (AG) compete, em termos gerais: (i) eleger e destituir, em votação por escrutínio secreto, a Mesa da AG, a Direção e o Conselho Fiscal; (ii) apreciar e votar o relatório e contas da Direção, bem como o parecer do Conselho Fiscal relativos aos respetivos exercícios; (iii) apreciar e votar os planos anuais e plurianuais, bem como o orçamento anual e orçamentos suplementares, se os houver; (iv) exercer os demais poderes conferidos por Lei e pelos Estatutos, ou outros que não sejam da competência exclusiva dos restantes órgãos.

CONSELHO CONSULTIVO

Composto por 4 associados privados da DSAD. Compete-lhe: (i) Dar parecer, quando solicitado, pela AG ou pela Direção; (ii) Apresentar sugestões à Direção ou AG sobre as linhas gerais da atividade da Associação; (iii) Sugerir medidas para a eficaz prossecução dos objetivos da Associação.

ASSEMBLEIA DE PARCEIROS DLBC 2020

São 55 os parceiros. À Assembleia de Parceiros, e conforme protocolo assinado, compete, participar na construção e acompanhamento/ monitorização da EDL 2020, seus resultados e metas, e promover condições para a divulgação e acompanhamento das iniciativas e projetos que vierem a ser apoiados.

- EQUIPA TÉCNICA (ETL)

- Catarina Luís Mosqueiro Dias, Coordenadora; Licenciada
- Adelaide da Conceição Lebreiro Póvoa Pires; Técnica Superior; Licenciada
- Patrícia Cláudia Caravau Pessoa; Técnica Superior; Licenciada
- Anabela Cristina Bastião Moraes; Técnica Superior; Licenciada
- Carla Daniela Costa Mitreiro; Administrativa; 12º ano

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

O GAL Douro Superior entende que o acompanhamento, monitorização e avaliação (interna e externa) são domínios cruciais de atuação para levar a bom porto – cumprimento de objetivos, de resultados e de metas – a estratégia concebida e montada pela Parceria Rural Douro Superior 2020. A operacionalização da estratégia exige, entre outros, a operacionalização da Parceria, valorizando e segmentando as funções de gestão, de divulgação/ promoção e animação, acompanhamento e monitorização e avaliação da EDL, dos seus projetos, processos e resultados.

DIVULGAÇÃO/ PROMOÇÃO E ANIMAÇÃO

Neste domínio, os principais mecanismos e dispositivos são os seguintes:

- Uma newsletter, com periodicidade trimestral, com distribuição alargada (estudo e conceção em curso);
- A criação de uma página no facebook e o desenvolvimento de funcionalidades no site da Associação;
- A divulgação periódica de iniciativas, boas práticas e resultados, em jornais regionais;
- A partilha de um conjunto estruturado de informação e de indicadores em todas as visitas ao terreno, realizadas pela da equipa técnica e em todas as ações realizadas no âmbito da estratégia de divulgação e promoção;
- A organização de ateliês de ideias com atores locais em domínios críticos do ponto de vista da concretização da estratégia;
- A organização de seminários curtos, concelhios ou temáticos, duas vezes por ano com o objetivo partilhar e promover projetos, resultados e boas práticas.

ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO

O acompanhamento é entendido como o conjunto de ações, orientado por objetivos de capacitação de atores e de monitorização de processos e resultados, antecipando problemas e propondo inovação nas trajetórias e formas de intervenção. Para além do funcionamento normal da Assembleia Geral da DSAD (conforme os seus estatutos), do acompanhamento in loco dos projetos e do atendimento permanente na DSAD, serão criados, com suporte num regulamento que se encontra em elaboração, Núcleos de Acompanhamento e Monitorização. Estes Núcleos serão organizados por grandes áreas associadas aos objetivos estratégicos e domínios de intervenção. Reunirão periodicamente, produzirão informação para a gestão e terão um papel crucial na capacitação, antecipação e promoção de ajustamentos, nomeadamente nos processos de intervenção, tendo em vista o cumprimento dos resultados e metas. Integrarão estes Núcleos, os associados da DSAD e os parceiros aderentes à EDL 2020, num total de 55 entidades.

AVALIAÇÃO

A avaliação, será suportada num tableau de bord de indicadores, e permitirá obter informação sistemática e estruturada, conhecer, aferir, medir e, conseqüentemente, intervir. Ela será feita: a) ex-ante (avaliação das condições e fatores críticos de sucesso da EDL e do cumprimento das metas propostas) e internamente, através da produção de um relatório por parte da equipa técnica; b) de forma continuada – avaliação contínua – utilizando recolha de informação periódica por referência a um tableau de bord; c) em momentos intermédios de execução da EDL, permitindo ajustar ou corrigir resultados e metas; d) no final da EDL, como reporte de resultados, metas e processos desenvolvidos nos diferentes domínios.

Como reforço da eficácia de todo o processo de acompanhamento e avaliação, prevê-se a contratação de estudos de avaliação externa, intermédia e final, de modo a promover a qualidade dos processos, da estratégia e dos seus resultados e, também, a capacitação da parceria DLBC.

Destacam-se os seguintes principais instrumentos e mecanismos, que servem o acompanhamento, monitorização e avaliação internos:

- a) “Tableau de bord” - a equipa técnica está a desenvolver, com base num instrumento utilizado em períodos de programação anteriores, um “tableau de bord”, em suporte informático, que permite:
 - A permanente aferição e monitorização da execução por objetivo, medida e projeto apoiado e sua articulação com os indicadores utilizados pelos programas financiadores
 - A aferição e reajustamento de metas;
 - O registo do grau e tipo de inovação dos projetos apoiados e a identificação de boas práticas;
 - A avaliação do cumprimento de procedimentos definidos no que respeita à metodologia bottom-up e, nomeadamente, as ações de informação, divulgação, promoção e acompanhamento;
- b) Núcleos Temáticos de Acompanhamento da EDL– conforme aprovado pela parceria, serão criados e regulamentados Núcleos Temáticos de Acompanhamento da EDL, que reunirão periodicamente com agenda prévia, e que funcionarão com centros de monitorização da estratégia, dos seus resultados e das suas metas e, também, como centros de animação de projetos.

- c) Um conjunto de instrumentos (em desenvolvimento) que facilitam e organizam o reporte de informação aos parceiros e às comunidades locais:
- Uma ficha com as questões chave e orientadoras da condução das reuniões e momentos com este fim, seja no âmbito dos Núcleos a constituir, seja nas Assembleias Gerais da Associação, seja em momentos de trabalho com grupos de parceiros ou em momentos de trabalho da equipa técnica;
 - A definição de um layout de indicadores, retirados do tableau de bord, a apresentar em todas as reuniões e momentos de acompanhamento da EDL e/ ou de um conjunto de projetos;
 - Uma ficha, a utilizar pela equipa técnica nas funções de terreno, para registo de dificuldades, boas práticas, aspetos inovadores e procedimentos a ajustar no que respeita à dinamização e acompanhamento de projetos.

Os indicadores a utilizar deverão permitir criar objectividade na análise de situações e na tomada de decisão, garantindo, pelo menos, quatro requisitos:

- Estarem estreitamente articulados com os indicadores de funcionamento, execução e resultados a disponibilizar às autoridades de gestão;
- Permitirem o reporte interno, sendo apropriáveis pelos Parceiros, e o reporte externo e serem coerentes e relevantes face aos objetivos, processos de intervenção e resultados esperados;
- Constituírem um elemento facilitador e mobilizador da atividade da Parceria;
- Promoverem o cumprimento dos resultados contratualizados, permitindo reajustamentos nos processos e nas dinâmicas de monitorização.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-069.pdf	27/07/2015 16:00	225385295
Outros	ETL Douro Superior.pdf	27/07/2015 15:47	225385295
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-069.pdf	20/11/2015 12:40	
Outros	29 09 2015 DOCUMENTO DE CANDIDATURA REFORMULADO final.pdf	29/09/2015 11:55	503508985
Outros	27.07.2015 DOCUMENTO DE CANDIDATURA.pdf	27/07/2015 15:51	225385295
Outros	Certidão de ATA.pdf	27/07/2015 15:48	225385295
Protocolo de parceria	Acordo de parceria territorial.pdf	27/07/2015 15:46	225385295
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Órgão de Gestão e ETL.pdf	27/07/2015 15:47	225385295
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-069.pdf	29/09/2015 15:13	
Outros	Indicadores_FEADER finais.pdf	25/09/2015 16:45	503508985
Outros	DLBC Rural_DOUROSUPERIOR_Indicadores novos preenchidos.pdf	25/09/2015 16:44	503508985

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	DOURO SUPERIOR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	NIF	503508985
Submetido por	CATARINA LUIS MOSQUEIRO DIAS	NIF	225385295
Data de Submissão	11-12-2015		